

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE CAMPINA GRANDE NA LUTA
PELOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA MILITAR**

CAMPINA GRANDE-PB

2004

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE CAMPINA GRANDE NA LUTA
PELOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA MILITAR**

**Monografia apresentada ao Curso de
História para obtenção do título de
Licenciatura em História na
Universidade Federal em Campina
Grande-PB**

CAMPINA GRANDE-PB

2004

LUCIANA RODRIGUES CHICÓ

**A COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE CAMPINA GRANDE NA LUTA
PELOS DIREITOS HUMANOS NA DITADURA MILITAR**

Prof^a - MARIA LIÉGE FREITAS FERREIRA
Orientadora

Prof^o - BENJAMIN MONTENEGRO
Participante

Prof^o - HERRY CHARRIER
Participante

CAMPINA GRANDE-PB

2004



Biblioteca Setorial do CDSA. Dezembro de 2023.

Sumé - PB

Ao meu filho

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me proporcionar todos os dias força e saúde para que eu possa trabalhar e em especial a minha mãe que hoje apesar de não está presente, sempre foi o motivo da minha existência.

Agradeço em especial a três professores; a Benjamin que é muito mais do que um professor, é um grande amigo que contribuiu significativamente para meu enriquecimento intelectual e até na minha vida pessoal; agradeço também ao professor Ivonaldo e gostaria de parabenisa-lo pelo seu extraordinário conhecimento interdisciplinar; agradeço a minha Orientadora pela competência e responsabilidade com que ela me orientou nesse trabalho; Maria Liège um grande abraço.

Agradeço a todos os meus amigos que se limitam à : Romualda, Samuel , George. E agradeço em especial a Simão, a Helder e principalmente a Karinne que foi mas do que uma amiga, foi uma irmã , e grande incentivadora : Karinne sem você essa monografia não teria o mesmo significado. te amo!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	07
2. CAPITULO I	
- A Igreja Católica e os Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil	08
3. CAPITULO II	
- A Igreja e a Comissão de Justiça e Paz em Campina Grande (1964-1984)	14
4. CAPITULO III	
- Contribuição pedagógica do tema em questão	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. BIBLIOGRAFIA.....	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal mostrar a compreensão e participação da igreja católica, através das suas organizações internas, tais como: as pastorais, as comunidades eclesiais de base, as comissões de justiça e paz e etc, enquanto núcleo educador e de resistência durante a ditadura militar (1964-1984) no Brasil, mais especialmente sua atuação no nordeste e particularmente em Campina Grande - Paraíba. O interesse de tal trabalho prende-se não só ao lugar de destaque ocupado pela igreja católica no cenário político brasileiro já que a mesma desempenha tal função não só no Brasil como em todo cenário latino-americano, mas também, e, sobretudo suas novas formas de expressão social que através de suas hierarquias e de seus leigos, teria sabido criar e desenvolver desta vez no meio das camadas sociais menos privilegiadas dos benefícios do “Progresso”, que prometia, a essas camadas, a conquista de novos e melhores espaços sociais, pelo exercício de sua cidadania, habilitando essas camadas sociais carentes a tornar-se protagonistas da “nova realidade”, com mudanças de sua realidade e sujeito da construção de seu próprio futuro. Neste estudo, iremos focalizar a comissão de justiça e paz ocorrida em Campina Grande/PB. Como sendo uma das organizações responsável por possibilitar o acesso de algumas informações à massa, que em geral era desprovida de conhecimento de seus próprios direitos.

CAPÍTULO I

Igreja Católica e os Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil

O mundo bipolar foi marcado pela disputa entre dois sistemas sócio-econômicos; O *Socialismo* e o *Capitalismo*. Cada potência liderava o seu bloco ou conjunto de países. O EUA era o líder econômico, ideológico e político-militar do mundo capitalista, enquanto a URSS era o guardião e exemplo a ser seguido nos países socialistas.

Durante esse período (1945 – 1989) o mundo manteve-se em permanente tensão, embora sem provocar confronto armado direto de magnitude como a segunda guerra mundial; o que não ocorreu em outras partes do mundo financiado por estas duas potências como, por exemplo, a guerra do Vietnã, entre outros inúmeros exemplos. É dentro deste contexto de busca por novos domínios entre EUA e URSS que os países de todo mundo e em especial os chamados subdesenvolvidos inserem-se construindo suas histórias e suas vivências. Nesse período, verifica-se uma fantástica corrida armamentista, gastando as nações ricas e pobres fortunas em armamentos, criando uma indústria poderosíssima que acirra os problemas internos desses povos. Aperfeiçoando os métodos de matar (através das armas) fizeram da indústria armamentista e da guerra, verdadeiros canteiros de mortes utilizando avançada tecnologia industrial. Enquanto isso, milhões de pessoas padecem os males da fome, da doença, do analfabetismo e da injustiça social, e é em meio a esse caos social vivida pela maioria da população mundial que se busca meios revolucionários como forma de melhorar as condições de vida dos indivíduos.

Em todo o mundo subdesenvolvido, em especial a América Latina, setores da população marginalizada vivendo os maus tratos da grande desigualdade social, resolveu buscar a solução dos seus problemas nas mudanças de governo. Um exemplo de fundamental importância na América foi à revolução cubana ocorrida em 1959, liderada por Fidel Castro com o apoio de grupos católicos. A evidente crise social vivenciada e profundamente agravada pelo imperialismo internacional, pelo processo interno de urbanização anárquica e de concentração de renda, agravado com a falta de direitos individuais gerando distorções que não podem ser escondidos e cuja gravidade ameaça a sobrevivência da nacionalidade, proporcionam elementos basilares que chamam pela ação e presença da igreja. Toda essa situação torna a mensagem do Cristianismo contra as injustiças e os privilégios como forma de resistência.

A revolução cubana desempenhou um papel catalisador na política da década de 60, setores da igreja e marginalizados cubanos e de outros países apoiaram essa revolução. Muitos católicos mostraram-se favoráveis à revolução nacional e democrática de Fidel Castro como forma de denunciar as desigualdades e melhorar as condições sociais vividas, não só pela população cubana, assim como, em toda América Latina. Só que, quando Fidel Castro se declara explicitamente contra os modos políticos vigentes, e sendo Cuba localizada na América Central, próximo aos Estados Unidos; o líder do sistema capitalista, que o tempo todo estava disputando o domínio e o Poder dos demais países subdesenvolvidos, jamais aceitaria a implantação do sistema socialista em um país americano, com uma proximidade geográfica tão pequena. A igreja católica latino-americana, mesmo apoiando muito dos princípios revolucionários cubano, não concorda, porém, com sua exclusão como intermediador social, coisa que a revolução cubana nega. Assim, diante da deturpação, segundo esses, utilizada como mecanismo aglutinador, setores conservadores das igrejas e da burguesia cubana e de outros países latino-americanos formam alianças para defenderem seus interesses. Diante da “simpatia” que o movimento revolucionário adquiria mundialmente, os Estados Unidos, através do programa aliança para o progresso (1961) criado pelo americano Robert Kennedy, trabalha um aparato discursivo de cooperação entre os países chamado subdesenvolvidos e os Estados Unidos. Nesta Aliança para o Progresso dos países membros da OEA (Organização dos Estados Americanos), exceto Cuba, *“Os países se comprometiam com os princípios democráticos e com o estabelecimento de programas nacionais de desenvolvimento fundamentados no conceito de auto-ajuda”* ¹¹.

Essa ação seria posta em prática nos meios universitários, operários e camponeses, como forma de impedir o socialismo e de implantar, na formação dos leigos, os princípios capitalistas como único meio de inserção social aliado à religiosidade. Estas idéias deveriam se expandir por toda a América que estava vivendo momentos de grande insatisfação política, social e econômica. E a difusão destas idéias deveria ser realizada pela igreja, já que esta era a única instituição que ainda se mantinha com credibilidade em face da impotência da grande maioria das instituições. A igreja enfim, ainda constituía uma base de apoio como alicerce da sociedade. Especialmente no Brasil nos fins dos anos 50, no governo de Juscelino Kubitchek que, apesar de toda euforia desenvolvimentista que prometia desenvolver 50 anos em 5 e que tinha por objetivo principal, melhorar as condições de infra-estrutura para o desenvolvimento; que, para muitos analistas realmente aconteceu com a implantação da indústria automobilística; a expansão das usinas hidrelétricas; a abertura de novas rodovias, como: Belém-Brasília, que interligavam região até então isoladas; a expansão da indústria do aço; a

construção da cidade de Brasília, a criação da SUDENE, etc... a situação dos marginalizados era gritante.

Longe de atingir todo o país, o desenvolvimento concentrou-se mais no Sudeste brasileiro; nas outras regiões, continuou predominando as atividades tradicionais, ou seja, comércio incipiente e consumidor dos produtos do Sudeste. Sendo assim, a maioria da população, constituída por trabalhadores que recebiam salários muito baixos, subempregados e desempregados, continuou politicamente e economicamente marginalizados.

A região Nordeste, que devido a fatores climáticos sempre sofria com as secas, vivia no cotidiano com o saldo da fome, sede e mortalidade. Isso ocasionava migração constante para outras regiões. Para os analistas, o problema não se encontrava na falta de chuvas, mas na estrutura agrária. Como exemplo de que a falta da chuva não era a causa da miséria, os analistas apontavam até então, o recém-criado Estado de ISRAEL. Com efeito, a distribuição da terra no Nordeste era das mais desiguais. As desigualdades provocaram entre os trabalhadores inúmeros conflitos. Entre 1954 e 1955, surgiram as ligas camponesas, lideradas pelo deputado estadual Francisco Julião; lutando por alterações na estrutura da distribuição da terra, as ligas adotariam mais tarde o lema; REFORMA AGRÁRIA NA LEI OU NA MARRA. Os setores da igreja progressista não concordaram com esse lema, mas ajudou a todos perseguidos que dela precisou atuando ativamente nos movimentos sociais.

Terminado o mandato do Presidente Juscelino Kubitschek, foi eleito Jânio Quadros, que tomou posse em 31.01.1961, fenômeno populista de rapidíssima ascensão. Seu curto período de governo, autoritário no plano interno e aberto em termos de política internacional, foi truncado pela imposição de sua renúncia em 25 de agosto de 1961. Seu sucessor ao governo foi o vice-presidente João Goulart.

João Goulart, principal herdeiro do nacionalismo Getulista, adotou em seu governo medidas que em muito desagradou a burguesia, tais como: a criação do 13º salário para o trabalhador; assinou decretos que nacionalizavam as refinarias de petróleo; desapropriava terra para fins da reforma agrária e etc. Neste período, ocorreu a unificação dos movimentos dos trabalhadores com a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e uma intensificação pela reforma agrária. Os anos de 1962, 1963 e 1964 foram marcados pelo crescente aumento das lutas e reivindicações. Esse crescente aumento de movimento popular deveu-se devido ao grave momento vivido pelas distorções de um modelo econômico centralizador de rendas e de uma conjuntura internacional imperialista, provocando aumento nos índices de marginalização, e o apoio de intelectuais como Paulo Freire, pedagogo

brasileiro e comprometido ao combate às injustiças sociais existentes no Brasil dessa conjuntura.

A criação da (CGT) Comando Geral dos Trabalhadores, que tinha por finalidade criar uma central sindical foi interpretada por membros do poder do governo, como uma grande eminência da revolução comunista no Brasil. *“Esse momento é um período em que se vivencia forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida. No campo são criadas as ligas camponesas, que atingem em 1964, um total de 2.181, espalhadas por 20 Estados. Proliferam as lutas rurais que, de modo semelhante ao ocorrido na cidade, causam pânico entre os fazendeiros conservadores disposto a tudo para impedir a Reforma Agrária”*¹.

Em meio a este clima de efervescência, em que as elite sentia-se ameaçados, o governo norte-americano, que era um dos maiores investidores financeiro no mercado brasileiro, *“suspendeu qualquer auxílio ao governo de Goulart – com exceção feita aos governadores adversário de Goulart”*².

A instabilidade do quadro político e a elevada inflação favoreceram a propagação de idéias em favor de mudanças que favorecesse a burguesia conservadora e assegurasse a política-econômica norte-americana.

Desta forma, segundo o imperialismo norte-americano, passa a ser necessária, a instalação, não só no Brasil como em toda América Latina de governos fortes e autoritários que pudesse garantir a nação norte-americana sua hegemonia na América Latina.

Deste modo, a disposição norte-americana se fez presente, tanto na disponibilização de armas como na divulgação de idéias anticomunistas. A CIA (Central de Informação Norte-Americana), financiou propagandas anticomunistas em todo o país (e na América Latina como um todo), fazendo a classe média e os fazendeiros sentirem-se ameaçados com os grupos sindicais. Afinal, um governo democrático e reformista não era bem visto pelo governo dos EUA, por não merecer confiança e pela dificuldade de controle. O reformismo significava instabilidade e greves gerando maior dificuldade de controle.

A ruptura de março de 1964 no Brasil, resultou no arquivamento das propostas nacionalistas de desenvolvimento através de reformas de base, implantando-se um modelo econômico que revelou uma essência que pode ser resumida em duas frases: concentração de

¹ BOTAS, P. C. L.,; A BÊNÇÃO DE ABRIL “Brasil, Urgente”: Memória e engajamento católico no Brasil 1963-64; Editora Vozes; Petrópolis,; 1983; pág. 58.

² BOTAS, P. C. L.; A BÊNÇÃO DE ABRIL “Brasil, Urgente”: Memória e engajamento católico no Brasil 1963-64; Editora Vozes; Petrópolis, 1983; pág. 58

renda e desnacionalização da economia. Em uma revista americana a *Business Week*, encontra-se o seguinte publicado: *“mudanças de política, ocorrida na América latina volta a abrir suas portas”* ³. O boletim está repleto de termos como: pragmático; realístico; estabilidade; porte e confiança.

Com a tomada de poder, pelos militares a partir de 1964, o clima de investimentos “melhorou” e o conjunto de crédito e ajuda fornecida pelo EUA e por organizações financeiras multinacionais aumentou de forma astronômica. Segundo informações da mesma revista (13 de setembro de 1976) a “FIAT pôde encontrar no Brasil um país muito bom para seus investimentos; o governo é estável e reina a paz sindicalista”. Como diz Eduard A. Jesser Jr. – Diretor da Junta Diretora dos United Jersey Banks, em um discurso dirigido à American Bankers Association; *“decisões fortes e rápidas podem ser tomadas num período relativamente breve, num país como o Brasil, em contrastes com as dificuldades de se chegar a um acordo sobre a decisões a tomar numa democracia”*³. Por todas estas demonstrações, fica claro que o jogo de relações dos EUA com regime o militar era proveitoso para a expansão de seus investimentos financeiros, daí, o apoio dos EUA a governos autoritário como ocorreu no Brasil.

Diante das estratégias usadas pelo EUA para controlar e expandir seus investimentos nos países do terceiro mundo desenvolve-se um modelo de governo de índole concentradora que podem ser aferidas a partir de diversos indicadores; política salarial controlada, política tributária; política fundiária; política de investimentos e etc.

Toda essa centralização ocorrida com o golpe militar, só será possível manter-se através da prática da repressão e da suspensão dos direitos individuais: O TERROR extensivo e sistemático. A *“pacificação eficiente das forças operárias”* efetuadas pelo governo, é um requisito essencial para o “clima de investimentos” esperados. Os militares defendiam a idéia de que, o investimento estrangeiro só ocorria no Brasil em bases sólidas de “pacificação” do trabalhador, isso, proporcionava a confiança dos investidores. Sendo assim, esse governo é caracterizado como sendo um regime de opressão e de terror. As elites brasileiras, que por formação já nascem conservadores, interagem com os Estados Unidos na permanência de seu status; enquanto que a maioria da população não e vista como um fim, mas ao contrário, como um meio. A corrupção descarada dos setores militares e civis do governo afligiu as massas urbanas, cujos salários são mantidos a nível bastante baixo, com uma elevada taxa de inflação.

³ ASSMANN, H. ; SANTOS, T. ; CHOMSKY, N.; A TRILATERAL - Nova fase do sistema capitalista. ;Editora Vozes; Petrópolis,;1983; Pág. 193

Esse modelo ditatorial que nasceu com a explícita colaboração dos EUA, contradiz-se com a declaração dos direitos humanos. Um dos inúmeros efeitos dessa situação é o aparecimento de esquadrões da morte que se desmandaram contra dissidentes políticos, criminosos de pouca importância e até pessoas inocentes expressam como vivia a população brasileira durante o regime militar.

A prisão, a tortura de presos políticos, e o exílio, constituíram os maiores suportes utilizados pelos militares de 1964. Os esquadrões da morte no Brasil, recrutados, também, dentro das polícias brasileiras, nasceram em 1964 e foram responsáveis por muitas mortes, muitos dos homicídios foram efetuados sob a chancela e a proteção do Estado; outros realizados à revelia. Estes crimes mostram o estado de atrocidades semelhante à dos nazistas. A literatura que trata sobre mortes violentas, afirma que esses grupos usavam das mais variadas formas de tortura.

Na revista “VEJA” de 3 de março de 1971, encontramos a seguinte afirmação: “dos 123 homicídios atribuídos ao esquadrão da morte em São Paulo, somente cinco haviam sido julgados”. Uma clara demonstração da falta de compromisso do Estado nesse aspecto. Todos os cadáveres, vítimas destes grupos mostravam marcas de algemas e de queimaduras causadas por cigarros e de muitas contusões; alguns ainda estavam algemados. É dentro deste contexto que a igreja católica brasileira passa a trabalhar, com mais veemência, os direitos humanos de forma coletiva e individual. A igreja passa então a atuar na Sociedade através da criação de grupos organizados para procurar alternativas de resistências à situação repressiva que o país passava. É o que trato no capítulo seguinte; mais especificamente, sua ação em Campina Grande –PB com a comissão de justiça e paz.

CAPÍTULO II

A Igreja e a Comissão de Justiça e Paz em Campina Grande (1964-1984)

À toda situação de repressão, pressões, torturas e todo tipo de desrespeito aos direitos individuais praticados pelos militares que ocuparam o poder no período acima especificado, a igreja católica progressista procurará subsídios e formas que a tornem um veículo de aglutinação de resistência a toda essa situação. Assim, ela passa a atuar nas questões sociais existentes; nas questões agrárias e contra os grupos de extermínios, prestando auxílio logístico aos chamados subversivos, assim como às comunidades carentes.

O governo militar também criou entidades com finalidades, segundo eles, de proteger os cidadãos brasileiros. Todavia, diante de todo aparato repressor, por ele próprio criado, fica difícil aceitar que essas Comissões realmente defendessem os direitos dos indivíduos e promovessem a justiça entre os cidadãos. Na verdade, essas entidades funcionavam como *veículos de dominação discursiva e operante no sentido de conhecer, não só os lamentos das comunidades; assim como na finalidade, primeira, de demonstrar a presença e poder do Estado nas questões sociais brasileira*.

Mediante a esta situação vários grupos de evangelização foram sendo criados e partiam dos princípios bíblicos para tentar melhorar as insatisfações sociais populares. É neste contexto, que vai ser criada na Paraíba, como em todo o Brasil a Comissão de Justiça e Paz. Uma organização, de dentro da igreja católica que visava auxiliar as comunidades carentes e perseguidas em seus direitos humanos.

Padre Cristiano Jooss, holandês, é que participou, ativamente, de alguns movimentos sociais na Alemanha após a segunda guerra mundial, veio para o Brasil em 26 de janeiro de 1959, após morar um certo tempo na região Sul, transferindo-se para a cidade de Campina Grande a pedido da igreja. Após o mesmo encontrar-se bem aceito pela comunidade, foi convidado pelo bispo Dom Manuel para se engajar em alguns movimentos sociais, sendo o mesmo encarregado de ser o responsável pela organização da Comissão de Justiça e Paz, na cidade de Campina Grande com atuação em algumas outras cidades no Estado da Paraíba.

Em entrevista a autora em 13 de outubro de 2003, Padre Cristiano nos fala:

1 – Autora : “Como e porque surgiu a Comissão de Justiça e Paz na Paraíba ?”

Padre Cristiano: A principio a comissão de justiça e paz surgiu aqui em Campina Grande por um pedido de solicitação do povo. Porque aqui na diocese entre os anos 70 e 80 havia em todo canto grupos de evangelização que estudava a bíblia e com a bíblia na mão encontrava motivação e podia iluminar a sua vida e, inclusive, poderia lutar pela terra e tudo mais. Esses grupos de evangelização sempre se baseavam na realidade deles lá no sitio. Na região de Alagoa Nova tinha muitos grupos bem organizados que chegavam a formar verdadeiras comunidades de base bem organizadas. Esta região tinha muito problema de terra, especialmente quando o proprietário da fazenda, o Geraldo decidiu transformar a fazenda, grande produtora de fruta, ovinocultura e legumes em uma fazenda de gado; ai o povo sentiu-se ameaçado e sentiram que estudar só a bíblia não dava solução para isso, então decidiram tomar o sindicato rural que estava nas mãos dos pelegos e pediu a Diocese acessória jurídica, ai como na igreja tudo vai devagar, então Dom Manuel Pereira, que se encontrava em João pessoa ligou para min, pediu para que eu encontrasse um advogado, um grupo de gente profissional que pudesse dá(sic) assistência no sentido de ensinar e de orientar nas questões jurídica, mesmo porque existiam muitos casos de despejos de pessoas que eram botados para fora da terra, ai muito bem, eu tinha um conhecimento com um advogado aqui na cidade, o Manuel Figueiredo, da família dos Figueiredo, o mesmo já havia sido deputado estadual, então perguntei se ele poderia indicar algum advogado que quisesse se juntar nessa luta porque era muito perigoso esse trabalho, nós, íamos mexer com as propriedades alheio, bom então, ele me indicou alguém que era da esquerda isto é, comunista declarada era a Tereza Braga uma advogada muito competente e de influencia, pois, conhecia os *rabos de palha* de todo mundo isto é, dos atores que faziam parte do poder local, então começou eu, Tereza Braga, Jony Japiassu na época estudante de direito e mais umas três ou quatro pessoas. Então fomos a comissão de justiça e paz com a colaboração de Artur Brito promotor de justiça Assim, começamos o nosso trabalho sob a liderança de Dom Emanuel Pereira. Começamos ajudando os agricultores dando os elementos e ensinando o caminho, tudo começou em torno do Sítio Geraldo e isso chamou atenção da polícia federal ai começou a se envolver grupos de extremas direita que apoiaram esse movimento, e ajuda era sempre bem vinda. A fazenda Geraldo foi desapropriada e assim, a comissão de justiça e paz aqui em Alagoa Nova e em outros campos como; Candum, em Barra de santa Rosa, Lagoa de roça e etc, começou a atuar nas questões sociais locais

2 – Autora: “Padre Cristiano pode-se afirmar que esta comissão partiu de Campina Grande?”

Padre Cristiano: Sim partiu, era estrutura de apoio para as lutas existentes que já enfrentava o pessoal da base. Agora no meio disso aconteceu aqui em Campina Grande, é, sei exatamente a data, sei que foi antes de 80 que um grupo que se denominava mão-branca publicou no jornal uma lista de 115 pessoas marcadas para morrer...isso é uma falta de sem-vergonhice cívico sem limite, é nazismo puro alguém se arrogar o direito de simplesmente matar gente no meio de uma sociedade é imperdoável. Então naquele tempo existia esquadrão da morte em São Paulo saiam muitos artigos públicos em Istoé e outras revistas sobre isto. Então Dom Manoel Pereira naquela noite... Não foi assim eu telefonei para Tereza Braga e ela telefonou para algumas pessoas nos encontramos lá no colégio das Damas e bom discutimos o assunto... si isso é impossível, disse: que civilização né? Publicar no Jornal né? Que 115 pessoas teriam que morrer...

3 – Autora: “Padre entre essas 115 pessoas da lista tinha nome de algum componente da comissão?”

Padre Cristiano: Não, não, mas depois vem lhe explicar porque esse grupo era um bando de ignorantes e imbecis, porque mão-branca era um grupo existente na América Central, era um grupo que se dizia justiceiro, porque na verdade são criminosos né, *criminosos qualificados até não é?*... mas é foi publicado no Jornal e na televisão. Então naquela noite que saiu o noticiário, eu liguei para Dom Manuel Pereira e ele já estava encrocado com a situação ai ele disse-me assim: olha amanhã pela manhã eu vou lá para a rádio Caturité e vou fazer a minha declaração, agora vocês não agem sozinho não, vocês façam ou procurem organizar uma plataforma cívica e fazer uma solicitação pública pedindo ao governo para interferir né... O governo era Burity, muito bem... Aí fomos eu, Dom Luiz e o Padre Manuel. Depois o Dom Manuel fez uma declaração declarando mão-branca uma vergonha nacional... de pacto era uma vergonha nacional... agora da lista publicada nove já havia sido eliminada. Inclusive aqui próximo ao Colégio Redentorista, mesmo no contorno entre as ruas que vai para a universidade e a outra que vem aqui para o redentorista foi encontrado duas pessoas assassinadas, e ficou claro que esses crimes tinham sido praticados por este grupo, grupo este, formado pela polícia.

4 – Autora: “Padre Cristiano o que o governo fez em relação a denúncia feita pelo padre na rádio Caturité, onde o mesmo denunciava tais absurdos?”

Padre Cristiano: De início nada, nada... porque isso era coisa do governo Então... era grupo da polícia Civil e outro da polícia militar, esses policiais eram assassinos, inclusive eu conheci quase todos, um já morreu outros não, por isto, não vou citar nomes.

5 – Autora: Mas, eram assassinos, a serviço da classe A não é?...

Padre Cristiano: Sim agora é interessante perceber que por outro lado existia um conjunto mais ou menos lógico e biológico criado pelo próprio governo para defender a nação de uma possível mão-branca.

6 – Autora: “Padre como foi que a Igreja começou a se inserir nesses movimentos?”

Padre Cristiano: Bem, a Igreja em 64 começou em especial no Sul a apoiar e aplaudir a ditadura, levantando uma bandeira anticomunista e tudo mais... Até porque o Brasil estava perigando a se esquerdizar. Prepararam um golpe e tomaram o poder, mas na verdade quem tomou o poder foi a classe A, que era quem tinham medo das reformas de base, que o povo tanto almejava. Reformas estas estão sendo feitas agora como a reforma tributária, agrária.

Então a classe A conseguiu juntar um bando de ideológicos e organizar passeatas como aquela com o terço na mão agradecendo a Deus por o país não ter caído no comunismo..

7– Autora: “Padre Cristiano, como foi a participação dos religiosos nordestinos nesse movimento de tomada de poder que resultou na ditadura militar?”

Padre Cristiano: Bom aqui no Nordeste desde o início existia um grupo de religiosos na Igreja que acreditava que aquilo era uma farsa, e uma farsa bem grande... a pedido dos estados Unidos, pois na Costa Brasileira existia navios Norte-Americanos esperando os acontecimentos né...

8 – Autora: “Padre se a Igreja apoiou o golpe militar o que a levou a se revelar contra esse estado?”

Padre Cristiano: Uma parte da Igreja sim... olhe, a revolução foi feita por oficiais do exército brasileiro de cargos maiores, eles foram formados uma parte na escola de oficiais da América do Sul no Panamá onde aprenderam métodos de torturas e tudo mais... então a maioria foram formados por ideologias daquela escala. E foi provado por um Padre muito estudioso o Jacrble (Jose Clanber) Combler um Padre estudioso né... estudioso mesmo, ele estudou os autores militares daquela escola de oficiais superiores e tido mais... e descobriu que eram os grandes autores nazistas, ai ele escreveu um livro onde ele fala que o discurso militar na América do Sul, olha que foi editado em francês, e foi tão bem que a turma militar do elite tomou como Manuel, agora... o Padre provou mesmo que os melhores autores, nazistas que cultuavam o sistema jurídico da Alemanha nazista serviam como pedagogos, isso da bem para nós pensarmos nesse momento né... Em todo caso, e dentro disso o Estado proclamado como nazista, se apresentava como única fonte de direito, você direito de caminhar para direita e para esquerda, pra frente e pra traz só porque o paizinho estado né... o Deus estado te permite.

9 – Autora: “Como era o nome do livro?”.

Padre Cristiano: Os militares na América do Sul, foi editado em francês depois em português, também foi a grande intrigar, esse livro foi na época de 67,68 tempo do AI5. Era um governo nazista mais eles não tinham coragem de fazer tudo, mas eles estavam no caminho de impor ao Brasil um governo absoluto, totalitário mesmo... o próprio Cambler que estava lecionando em Chile, e em certo momento quando voltou da Europa para cá, não foi muito bem recebido, antes de descer do avião mandaram ele de volta para lá. Porque ele de fato levantou o tapete e disse: aqui por baixo, olha o que eles querem... Esse povo todo é formado nessa doutrina.

E de fato os generais menos esclarecidos achavam que sabiam tudo mais houve um general aqui do 4º exército que um dia publicou isso no jornal em um discurso grande que ele fez a intensa, ele estava simplesmente dizendo o que ele tinha aprendido, dizendo que o povo brasileiro estava muito satisfeito com o governo, pois tinham o salário mínimo, tinha direito assistência ao doente, tudo foi presente do estado. Declarando mesmo o Estado como única fonte de direito para o cidadão né... Na verdade se o Estado tem algum direito na democracia e justamente o inverso. Bom aí isto estava mexendo. Acho que em 68 a 80, cerca de 90% da CNBB estava de fato de olhos abertos acompanhando e criticando isso, acho que isso foi aos poucos penetrando as bases que eram mais adiantadas do que os bispos, mas em todo caso

ficou uma sintonia geral dentro da Igreja, que de fato esse governo era um ditador mesmo, e uma ditadura com uma ideologia nazista.

Agora aqui na cidade tinha, o Major Câmara, ele acreditava mesmo na revolução, se acreditava um dos originais dos filhos legítimos da ditadura. E encontrava com eles em todo canto e eles perseguiram e faziam todo mês uma reunião com os diretores, e meu colega padre aqui da escola técnica, era convocado né... E envolvia toda a história, como eles esbravejavam contra o pessoa da esquerda aqui da cidade e tudo mais... Bom o Padre também falava comigo... Então a gente ficava sabendo um pouco do pensamento do “Deus” da guerra aqui na nossa cidade.

10 – Autora: “Padre existe contradições dentro da Igreja em relação a apoiar ou não esse regime?”

Padre Cristiano: No começo sim, no começo tinha muitos que acreditavam que a ditadura era a única solução diante das confusões do governo de Goulart, esse governo causava insegurança olha que foi fraqueza, mas também não era parte dentro do sistema da direita, que o Brasil original, e da direita mesmo né... Então de fazer acontecer, as reformas de base que se tava pedindo, naquele tempo principalmente a reforma agrária que era o bicho-papão e ainda hoje. Inclusive muitas reformas agrárias no mundo inteiro, não era aqui, falharam, falharam.

11– Autora: “Os componentes da comissão de Justiça e Paz foram ameaçados?”

Padre Cristiano: Sim, de fato, no tempo das lutas de terra eram mais disfarçados... Agora no tempo de mão-branca... mas também coincidiu com um tempo muito difícil para o país... Muitos membros foram ameaçados, inclusive poderia citar vários nomes, mas, não vou fazer porque é muito comprometedor...

12 – Autora: “Padre Cristiano, a Igreja conseguiu alcançar seus objetivos?”

Padre Cristiano: Bem, dentro do contexto sim... Porque o que a população conhecia a respeito deste grupo de extermínio era: que eles só matavam “marginais. Então muitos cidadãos eram a favor a existência desse grupo, pois acreditavam que eles estavam “limpando” a cidade, inclusive muitos estudante da universidade de direito sondava com a

gente acreditando que essa comissão não ia dá em nada. Assim, uma boa parte da população inclusive esse estudantes tinha conhecimento muito limitado da ação deste grupo, né... Ai o que a comissão fez; começou a seguir alguns policiais, e descobriu que os mesmos iam na casa dos “marginais” para receber dinheiro.

Então, a comissão de justiça e paz começou a divulgar para a população da cidade, que mão-branca não era um grupo de justiceiro e sim um grupo de marginais, naquela época né... Ficou provado que eles eram ligados a grupo do Sul envolvidos em roubos de carros, e de muitas outras coisas né... então agente tinha notícias de fazendas aqui na região que servia para esconder os carros e outras cargas roubadas.

Então em meio a tudo isso o grande mérito da comissão foi informar o povo que mão-branca não era tão bonzinho, inclusive na verdade só eram mortos aquele que não pagava propina. Eu mesmo posso testemunhar porque eu seguir várias vezes num fusquinha junto com outras pessoas, e vimos, eles recebendo dinheiro dos marginais. Outra coisa que a comissão conseguiu foi fazer com que algumas testemunhas pobres que não tinha valor pudesse ser ouvido, a comissão de justiça e paz deu voz a ladrões, prostitutas, mendigos e etc. Conseguimos através de um criminalista muito famoso da época e ele conseguiu reativar alguns processo... Bom nesse processo só havia o depoimento dos policiais e nesses processos só era escrito o que eles queriam. Assim nós demos proteção a muita gente, né... Mas é assim né... Diante dessas dificuldades, a Igreja.

Em outras duas entrevistas realizadas por dois cidadãos; o senhor José Barro de 75 anos e Manuel Ferreira de 52 anos ambos residente no bairro da bela vista na rua Idelfonso Aires próximo a feira da prata, podemos perceber um pouco da realidade deste período e as diversas formas de se relatar um mesmo acontecimento, onde todos fazem parte de uma mesma estrutura social, política, econômica e cultural.

1- Autora: Senhor José barros, comente a partir de sua vivência como vivia a população paraibana em especial campinense na década de 70.

José Barros: Esse período foi uma época de paz e de diminuição da bandidagem, pois os bandidos da região eram todos supervisionados a policia tinha um maior controle sobre a bandidagem, aqui em campina tinha um grupo da policia que tinha o conhecimento de quem era todos os bandidos da região, e quando algum crime acontecia , esses bandidos eram reprimidos, muitos eram mortos ou torturados para não praticarem mais safadeza. Também, era um período comandado pelo governo militar e esses governos não dava mole não eram homens sérios preocupados com o povo. Tinha muita gente que não gostava desta forma de

governo porque as coisas eram todas sérias, mas eu gostava, nas redondezas os bandidos iam todos embora com medo de morrer e teve neguinho indo até pra São Paulo, por causa de um grupo que tinha chamado de mão branca que fazia a limpeza da cidade eles não gostavam de ladrões, o entrevistado se empolga e diz: Na época de Mão Branca tinha muito macho na policia , eles não tinha medo de bandido não, antes de matar os safados, eles avisavam até pelo jornal. Quando a bandagem ficava sabendo era correria pra todo canto, tenho saudades dos tempos em que bandido não tinha vez, pois agora eles e quem tomam conta de tudo.

Autora : Senhor José Barros, nesse período o senhor conhecia uma organização chamada de Comissão de Justiça e Paz?

Manoel: Sim era um povo da igreja que dizia que o mão branca estava agindo errado, esses padres juntamente com outras pessoas estavam o tempo todo na rádio era um povo que vivia fazendo denuncia, se envolvendo nas mortes dos bandidos em tudo . Uma vez eu escutei eles falando no rádio tinha muita gente sendo morta inclusive gente direita, mas, essa história de que gente inocente morria, era invenção da própria bandidagem que queria se ver livre e poder fazer todo tipo de safadeza, eu não dava muita credibilidade a esse povo não pois eu nunca fui incomodado pelo mão branca por isso, eu gostava desse tempo onde gente safada não tinha vez.

I-Autora: Senhor Manuel o que o senhor acha da opinião do senhor José Barro sobre o período mencionado e a participação da comissão de justiça e paz nesses acontecimentos?

Manuel: não, eu não gostava deste período não, eu prefiro agora onde posso andar e conversar livremente, olhe, naquele tempo agente vivia com tanto medo que não podia falar nem com o próprio vizinho sobre as mortes que ocorria, mortes estas que acontecia com os amigos nossos muitas vezes. Pois, a gente morando num bairro como este que mora todo tipo de gente seja; pobre, ladrão, prostituta, domestica, é lógico que existe muitos homens de bens, mas por ser um bairro onde mora gente de todo, a gente fica conhecendo todo mundo e algumas das pessoas que morava aqui foi vitima da violência desse período, minha vizinha mesmo tinha um filho que foi espancado e teve o braço cortado pelo mão- branca, e ninguém podia fazer nada todo mundo tinha medo, até porque ia reclamar a quem? se quem fazia isto era a policia e pobre não tinha o direito nem de falar e se falasse sabia que podia ser morto a qualquer momento que não dava em nada. Era um tempo em que o nosso único direito era o de obedecer e de desconfiar de tudo a gente não tinha quem nos protegesse de nada vivia sobre pressão com medo de sair de casa a partir de certa hora com medo de ser confundido com ladrão , porque se isso acontecesse era morte na certa. Existiam muitas regras para proibir o cidadão honesto de caminhar livremente, hoje a gente não caminha com medo dos

ladrões mas naquela época era com medo da policia, nós éramos privados de nossos direitos e não podia dizer nada não, até que certo dia apareceu a comissão de justiça e paz denunciando e reclamando sobre esses abusos que o governo sabia e não fazia nada, o governo na época era Wilson Braga que fazia vistas cega quer dizer apoiava, eu mesmo conheço muita gente desse tempo e tenho medo até hoje de falar nessas coisas porque uma vez policia sempre policia.mas... se não fosse essa comissão formada pelos padres, talvez nada tivesse mudado até hoje. Tudo começou com as denuncias feitas pelo radio ai, alguns juizes começaram a se preocupar mesmo que de forma muito devagar por esses casos, era muito difícil os próprios padres eram ameaçados mas eles eram padres tinha m algum poder e a gente não tinha nada e eles não matava só bandidos não era qualquer um como jornalista, sindicalista e muitos outros. .

De uma forma em geral na cidade de Campina Grande, este tipo de discurso é entendível pois a maior parte da população era privada do conhecimento das atrocidades praticadas por este grupo que tanto estava a serviço da classe dominante (mitificação). Assim como seu José Barros existem muitas pessoas que compartilham da idéia de que o Grupo Mão Branca estava a serviço da “verdadeira Justiça”

A partir da entrevista realizada com padre Cristiano, percebe-se que a situação da população Paraibana apresentava os mesmos conflitos sociais do restante do Brasil: a questão pela terra, a violência de grupos de extermínio e a situação de repressão a qual era submetida a população – essa característica se fazia presente no brasil e em toda a América Central e do Sul. É dentro desta realidade vivenciada por uma parte da sociedade brasileira, que a igreja católica vincula-se com profunda intensidade no que diz as lutas sociais. Mediante o que foi dito pelo padre percebe-se que a Igreja passa a se engajar com esses problemas; pois, era uma forma da mesma adquirir mais adeptos e combater a expansão de outros grupos de evangelização como o protestantismo que estava se massificando. Desta forma, a Igreja alia-se as camadas carentes e desprovidas de informações de seus direitos de cidadania, para juntos lutarem contra a desigualdade, uma das formas utilizadas pela Igreja foi à formação de uma comissão que lutava pelos direitos humanos.

Os componentes que formavam a comissão de justiça e paz buscaram apoio jurídico e da imprensa para que apoiados na constituição, pudessem tomar decisões legais perante a lei. Assim, a comissão era composta por pessoas bastante informadas dos direitos do homem e do cidadão. Esse grupo começou a atuar nas questões da luta pela terra no Sítio Geraldo na região

de Alagoa Nova no estado da Paraíba. Esse acontecimento tomou dimensão estadual despertando preocupações políticas por envolver grandes proprietários de terra. Mas foi na cidade de Campina Grande onde se localizava a estrutura de apoio para as lutas existentes no estado, isto é, era o local onde ficava a base de apoio deste grupo.

Em meio a este contexto, vai surgir um grupo de extermínio denominado de Mão Branca, onde a comissão vai atuar com maior vigor no combate a violência praticada pelo mesmo. Esse grupo de extermínio que se dizia justiceiro praticava horrores, eram cruéis com suas vítimas, daí, a necessidade de se combater de foram intensa esse grupo, valendo-se de diversos meios como a imprensa exemplo; a rádio Caturité onde o tempo todo os noticiários declarava para a população que aquela situação era uma vergonha nacional. Os acontecimentos tomaram proporções políticas na medida em que o governador da época, Burity, foi solicitado para interferir nas praticas de violência que esse grupo praticava.

A violência praticada pelo Mão Branca é algo existente na estrutura que compõe o próprio Estado, pois esse grupo é composto também, por polícias civil e militar, isto é, funcionários do Estado mas que desempenhavam outras funções . A partir dos comentários fica claro que esses policiais eram; assassinos, ladrões de cargas e veículos responsáveis por praticarem a desordem mas que não eram presos. A Igreja no primeiro momento apoiou a ditadura militar fazendo até passeatas para agradecer a Deus pelo fato do Brasil não ter entrado em um regime comunista, achando que a forma ditatorial de governo era a melhor alternativa para a população. Depois, percebe-se que esse regime político aprofunda as desigualdades e é contrário aos direitos humanos.

No Brasil alguns intelectuais, como Paulo freire e outros, mesmo antes da ditadura se instalar perceberam que os rumos políticos se encaminhavam para uma forma de governo a serviço do capitalismo Norte Americano, e daí começou toda uma preocupação ideológica por parte desses intelectuais para tentar modificar a educação vigente, uma vez que a educação é vista como a única forma de diminuir as crises sociais Brasileiras. Diante dessas idéias que circulavam no meio intelectual comprometido com os direitos humanos, alguns religiosos nordestinos começaram a despertar para esses questionamentos. Com a leitura que fizeram de um livro chamado “Os Militares na América do Sul” do padre José Clamber que lecionava na universidade do Chile, esse livre despertou os religiosos com relação ao regime político militar que era de caráter autoritário e repressivo, levando os padres a concordar com as idéias que já se faziam presente no meio intelectual não religiosos.

Estão, a CNBB ao fazer a leitura do livro mencionado descobre que todas as ditaduras tem por base uma pedagogia nazista, e vai começar a formular idéias voltadas para

ajudar a população desfavorecida. É neste momento que as comunidades eclesiais de base vão começar uma campanha para diminuir essas desigualdades, prestando diversos trabalhos a população marginalizada.; oferecendo por exemplo cursos profissionalizantes e alfabetizando jovens e adultos. Cada comunidade preocupava-se com as questões locais. Na Paraíba a comissão de justiça e paz era uma prova disso, apesar de todas as dificuldades encontradas tais como; as contradições dentro da Igreja já que existiam grupos favoráveis a ditadura por acreditar na mesma, e os obstáculos por parte da população por não conhecer seus direitos favorecendo assim, o governo a se manter no poder através da força e da repressão. A Igreja desempenhou uma função importante junto à sociedade mantendo um trabalho voltado a conscientizar a população a respeito de seus direitos, proporcionou conhecimentos técnicos com a abertura da educação às pessoas pobres exemplo; o colégio redentorista em Campina Grande que oferecia bolsas de estudo para alunos carentes, preparando o mesmo para o mercado de trabalho.

A Igreja através da comissão de justiça e paz proporcionou ao povo paraibano e brasileiro conhecer o verdadeiro papel do grupo de extermínio Mão Branca até então conhecidos por justiceiro; quando na verdade eram marginais envolvidos em crimes contra a sociedade paraibana, pois não matavam e torturavam apenas bandidos, e sim todo aquele que ameaçasse ideologicamente o sistema dominante, como exemplos jornalistas, sindicalistas que foram mortos por serem contrários e denunciar esse grupo, a própria comissão foi ameaçada varias vezes. Desta forma a Igreja participou ativamente dos acontecimentos históricos do Brasil sejam eles político, sociais, culturais e econômicos ocupando sempre um lugar de questionador e apoio, essa instituição estava mais próxima da comunidade e como tal *detinha maior conhecimento dos problemas e maior credibilidade para tentar soluçona-los.*

Através de relatos orais podemos observar que as opiniões da população campinense divergem quanto a ação do grupo de extermínio Mão Branca, a entrevista realizada nos proporciona perceber a riqueza de informações aqui apresentadas sobre o tema em estudo através da história oral e nos permite melhor conhecer essa parte da história do Brasil e da Paraíba de forma mais enriquecedora. A importância da história oral, reside no fato dela proporcionar que se confronte, perceba, não só a fala em si – o relato – mas toda uma gama de subjetividade que o documento escrito, por mais que nos apresente essa subjetividade em forma escrita, não consegue apresentar. O estar pessoalmente com o entrevistado, ver seus gestos, olhares e pausas, são expressões que só a entrevista oral é capaz de proporcionar. Como nos diz Etienne François: a riqueza da história oral reside no fato dela permuta uma

história, também, na perspectiva da história vista de baixo, ou seja, de agentes aliados da história oficial.

Entre as várias contribuições que a oralidade nos proporciona, destaca-se a importância do impacto que certos conteúdos causam nas pessoas que relatam o fato. A pesquisa oral pode revelar tanto elementos novos sobre o período escolhido como também pode limitar de acordo com as precauções de cada depoente.

Essas limitações se faz visível nas entrevistas realizadas neste trabalho, pois, na medida em que as pessoas iam comentado sobre alguns acontecimentos despertavam reações emocionais muito fortes, até mesmo porque o conteúdo e o período em estudo relembram: pobreza, privações, miséria, dependência, falta de respeito as questões humanas, incerteza de futuro e etc...

Essas pessoas eram agentes ativos dessa história, vivenciaram tais problemas e tiveram que se adaptar a uma imposição que vem de cima, dos dominantes, fazendo com que a população temesse ao sistema dominante usando para isto as práticas de tortura. Apesar do tempo, muitos dos entrevistados ainda se ressentia ao falar no assunto. Por isto, a partir da fala de alguns entrevistados nota-se que um mesmo acontecimento, como no caso do grupo de extermínio Mão Branca, pode ser interpretado de diversas formas, de acordo com o lugar ao qual o entrevistado ocupa na sociedade, ou seja: o padre por participar ativamente no combate a violência e na defesa dos direitos humanos tendo como preocupação levar ao conhecimento do público e da justiça a “desordem” social ocasionada por alguns grupos que estavam a disposição da classe dominante. O padre falava com maior segurança, e mais a vontade a respeito das questões. Já na fala de Manoel percebe-se o medo as limitações e a insegurança ao contar algum acontecimento o tempo todo ele dizia; existe muitos policiais vivos que fizeram parte deste grupo por isto não vou falar muita coisa, uma vez policial sempre policial, com um ar de medo. ele conhecia pessoas que não eram marginais no entanto foram ameaçados e mortos por comentarem qualquer acontecimento ou citarem nomes de pessoas que formava o grupo Mão Branca. Já o senhor José Barros apoiava inteiramente os atos e as práticas de tortura desse grupo talvez pelo fato do mesmo ter um conhecimento de todas as ações praticadas pelos “justiceiros”, não se preocupando com que estava acontecendo em relação ao sistema político, social ou econômico, o mesmo afirmava ter o conhecimento da morte só de bandidos.

CAPÍTULO III

Contribuição pedagógica do tema em questão

Busquei até o momento, mesmo que de forma não muito aprofundada, apresentar como a comissão de Justiça e Paz atuou em Campina Grande-PB, buscando apresentá-la sob seus vários desdobramentos. Nesse capítulo busco apresentar o significado, a contribuição que esse estudo pode proporcionar em sala de aula – ensino fundamental, médio e superior para as discussões sobre autoritarismo, repressão, grupos de extermínio e desrespeito aos direitos humanos. É nesse sentido que trabalho o terceiro capítulo.

A partir de 1964 até meados de 1985 o Brasil conviveu com um longo processo de regime autoritário que implicou em uma ruptura do processo democrático. Com este, os direitos civis e políticos foram cassados, onde a violência e a repressão foram institucionalizadas tomando visibilidade no cenário político, inibindo e colocando as forças de oposição em uma conjuntura de perseguição aos Direitos Humanos. Mesmo assim as lutas de resistência em busca dos Direitos Civis e Políticos cassados pelo regime militar prosseguiram.

A intensificação pela luta da liberdade de expressão e cultural que toma maior significado a partir do final da Segunda Guerra Mundial questiona a cultura da elite. Cultura como um meio de socialização e de tomada de consciência por parte da população, essa era a proposta do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e dos escolonovistas. Este foi o caso do JEC (juventude estudantil católica) JUC (juventude universitária católica) MEB (Movimento de Educação de Base, criado pela CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- que faz frente à parte mais tradicional da igreja católica.)

No Brasil do pós-guerra a população vivenciava uma profunda desigualdade social apesar da divulgação da política desenvolvimentista dos governos nacionalistas. Neste período circulava novas preocupações ideológicas pautada numa percepção (e nova interpretação) da realidade econômica e política, como também da sensibilização diante das injustiças sociais

A “crise brasileira” (no setor educacional, político e social), denunciada e interpretada por Caio Navarro, na década de 50, como sendo um reflexo dos desejos e anseios externos da política Norte Americana, chamada “crise da cultura” resultando do fato de que o dogmatismo que a modelava não respondia à vida, à circunstância que caracterizava o momento vivido; não oferecendo idéias e instrumentos adequados a interpretação da realidade transformada.

“A crise da cultura brasileira era o resultado do processo de crescimento econômico da industrialização substituída de importações”⁴.

Para alguns estudiosos do período o modelo educacional era bastante criticado porque o ensino técnico, que a cada dia se modificava, contribuía para o surgimento de ditaduras irracionais e escravizantes na medida em que submetia o indivíduo ao processo ideológico de dominação; vislumbrando-se por toda América Central e do Sul.

Daí, a necessidade de uma renovação na instituição educacional preocupada com o ensino da realidade nacional, pois os intelectuais da época perceberam que a educação estava a disposição do capitalismo internacional em detrimento da situação a qual vivia a população brasileira. Por esta razão, encontrava-se presente a idéia de que era necessário conscientizar a população mais carente, a qual se encontrava desprovida do conhecimento de seus direitos de cidadania para a devida participação no estado democrático de direito, visando a educação cidadã e, tendo como princípio a conquista de dignidade e da liberdade de expressão e participação política do país; de forma que essa educação contribuísse para transformar os “erros, a crueldade e a submissão imposta pela classe dominante”

Essa busca dos intelectuais por uma abrangência educacional, além de se fazer presente na ciência, também conquistou espaço no meio religioso. Os jovens universitários católicos, que nesse período organizam-se com a finalidade centrada no combate à injustiça e as desigualdades sociais constituíram um, dos vários grupos de resistência à ditadura que irão se formar. Esses jovens, lideravam o setor estudantil; MEB (Movimento de Educação de Base) tinham um programa de ação que estava intimamente ligada à alfabetização e à formação política. No setor agrário os sindicatos católicos conscientizavam e organizavam os camponeses para que exigissem a reforma agrária. Usavam o seguinte lema para o seu movimento reivindicatório:

“O cristianismo não é ideologia da ordem, da paz iníqua, da justificação das situações de fato, do conformismo criminoso... é antes um ideal projetado”.no tempo, é revolução do homem novo, é condenação das estruturas iníquas”⁵.

Os jovens universitários católicos (JUC), que participavam desse movimento por melhores condições de vida do povo brasileiro se intitulavam como sendo os responsáveis

⁴ PAIVA, V. P. ; Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista, Coleção Educação e Transformação; vol 3, Editora Civilização Brasileira S.A.; Pág.37.

⁵ PAIVA, V. P. ; Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista; Coleção Educação e Transformação; vol 3, Editora Civilização Brasileira S.A.; Pág.63

pela mudança e acreditavam que os cristãos eram na verdade, por vocação, os portadores da revolução, os radicais por nascimento, aqueles a quem cabem lutar contra as alienações do homem e por isso mesmo precisavam tomar consciência de sua missão no plano social. Eles compartilhavam uma ideologia na qual acreditavam que o homem não é homem senão pelo engajamento, pelo testemunho de sua presença no mundo, pela ação em favor da realização dos seus valores. Os jovens que participavam desse grupo acreditavam que: “A participação era necessária e o engajar-se não significava acertar sempre, porque as situações são ambíguas e a política impura”. O importante na perspectiva do movimento era a política do engajamento e a reflexão sobre ele. Sua finalidade era a construção de uma comunidade cada vez mais ampla, nas quais as pessoas pudessem conviver e manifestar, contribuir para a formação de um indivíduo com idéias autônomas; daí o questionamento pra abertura do ensino nos colégios católicos pra rapazes de classe pobre e a abertura das comunidades eclesiais de base voltadas para populações carentes oferecendo-lhes cursos profissionalizantes, alfabetizando jovens e adultos, tudo isso, tinha por objetivo capacitar as pessoas para que as mesmas pudessem se integrar no mercado e fossem capazes de uma autêntica comunicação.

Tudo isso deveria ser preparado por um trabalho educativo e cabia tanto aos pedagogos quanto às instituições religiosas desempenharem essa função extra-escolar. Existiam alguns pensadores na Igreja Católica como o “Padre Vaz”, um grande estudioso adepto ao movimento Iluminista onde o mesmo não apenas afirma, contra os conservadores católicos mas ressalta a importância da racionalidade da qual nasce o mundo moderno, considerando que ela mostra íntimas conexões com o cristianismo.

“o mundo moderno, a técnica, a democracia, seriam potencialidades atualizadas do mundo cristão”⁹

Segundo. Padre Vaz, essa modernidade deveria ser utilizada ou está presente na vida do homem em consonância com a mensagem evangélica, “com a antropologia cristã”. Mesmo sendo os religiosos divergentes em relação ao fundo educacional da igreja, quase todos estão voltados para a conscientização dos indivíduos, seja essas idéias contra ou a favor ao pensamento Iluminista pautado na modernidade. Não só uma parte dos religiosos, como também alguns pedagogos, difundiam a idéia de educação como prática de liberdade. Neste

⁹ PAIVA, V. P. ; Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista; Coleção Educação e Transformação; vol 3, Editora Civilização Brasileira S.A.; Pág.67.

contexto histórico umas das idéias a qual a autora Vândia Paiva afirma com base no pensamento educacional freiriano:

*“O homem existe no tempo e para existir autenticamente precisa ser consciente não apenas de sua historicidade mas também da própria historicidade de sua consciência; precisa ser igualmente consciente da sua liberdade, da sua capacidade de optar. A consciência define, pois, o homem e permite a sua inserção na história como sujeito, como ser capaz de liberdade que realiza a sua ‘vocação natural’: a de ser ‘sujeito’ que interfere e decide e não de ser ‘objeto’ das decisões de outrem. A consciência é, pois, consciência da dignidade e da liberdade humana refletida no mundo da cultura e da história, exigindo a integração do homem no seu contexto”.*¹⁰

Desta forma, verifica-se uma preocupação educacional em Paulo Freire pautada num método pedagógico que, ao mesmo tempo em que promovia a alfabetização, propiciavam a possibilidade de uma mudança no método de ensino e aprendizagem ingênuo, para um conhecimento crítico dos fatos. Sendo assim, tanto os intelectuais como os religiosos irão se preocupar com o Sistema Educacional.

Os jovens católicos chegaram a conclusão de que; a massa se concentra onde os homens sem mundo próprio, sem terra e sem origem, ficam em disponibilidade. Ora, poucas idéias foram tão populares entre os jovens católicos como esta de transformar a massa em povo através da educação, uma educação personalista que formasse homem conscientes, capazes de optar, de estabelecer laços estáveis na sua comunidade de participar conscientemente da vida política. Isso fica visível entre os jovens militantes católicos da JUC e da Ação Popular, esses participantes deste movimento, desempenhavam um papel educativo perante a população.

Entre os diversos fatores sociais que a nível nacional constituíram a luta em defesa dos direitos humanos no Brasil, destaca-se; a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação de imprensa

Ao final da década de 60, a realização, em Medellín, da Conferência Episcopal Latino-Americana na qual as questões sócias econômica dos países da América Central e do Sul foram colocadas em evidência, assegurando o compromisso maior da Igreja para minorar as gritantes desigualdades sociais existentes, auxiliando as camadas mais pobres a obterem

¹⁰ PAIVA, V. P. ; Paulo Freire e o Nacionalismo-Desenvolvimentista; Coleção Educação e Transformação; vol 3, Editora Civilização Brasileira S.A.; Pág. 80.

seus direitos de cidadania vai se fazer presente em toda América Central e do Sul que vão organizar conferência para discutir e encontrar solução para os problemas locais.

No Brasil, a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) constituiu um verdadeiro marco histórico para o catolicismo, pois a renovação pastoral propugnada pelo Concílio Vaticano II, ocasionou uma maior vinculação da Igreja com os movimentos sociais. Em meio a toda essa situação vivenciada no período mencionado, o arcebispo D. Helder eleito Secretário Geral da CNBB, juntamente com um grupo expressivo de colaboradores foram progressivamente abrindo olhos para a realidade brasileira. Durante o período em que D. Helder foi Secretário, três aspectos surgem como preponderantes: a ação social voltada mais especificamente para os problemas rurais da região nordestina; a expressiva colaboração com o poder público em nível federal, estadual e municipal; e a manutenção da tônica apologética contra os comunistas e a presença de outros credos religiosos no território brasileiro. A partir de então foram sendo elaborados periodicamente planos de pastoral tanto em termos de abrangência nacional como de âmbito regional e diocesano. Cada pastoral detinha uma preocupação acentuada com os problemas locais de sua região.

Durante o Regime Militar, por sua vez, a igreja assumiu um papel destacado na defesa dos Direitos Humanos, nesse período o episcopado brasileiro começou a debruçar-se com mais atenção sobre a realidade social do país, procurando interferir de forma mais significativa para diminuir as profundas desigualdades entre as classes burguesas dominantes marcadas pelo bem estar, e a pobreza clamorosa da classes popular que ficavam à margem do progresso do país. Um dos instrumentos para diminuir essa distância social foi a promoção da instrução popular pelo projeto de educação de base que tinha por finalidade a necessidade de maior abertura dos educadores católicos para com a classe popular.

Sendo assim desde que a , igreja católica, foi incorporada pelo império romano, foi aos poucos assumindo o monopólio não só do conhecimento, mais o que é mais importante: do direito de definir o que é válido, ou não, estudar, conhecer e aceitar como verdade. Desta posse do conhecimento tido como verdadeiro, ocorria o princípio de que também a ela caberia a missão de educar ; por isso no Brasil como nos demais países do ocidente percebemos a presença tanto de universidades como de colégios secundaristas eclesiásticas.

No Brasil a repercussão do Concílio Vaticano II,(encontro onde se reuniu todos os representantes da igreja católica da América para tentar uma renovação e definir um novo papel para a igreja, isto é, inserir – se nos problemas sociais da América central e do sul) foi grande com múltiplas iniciativas tanto por parte da CNBB, como por outros grupos existentes;

para levar avante as diretrizes e orientação dessa renovação. Foi a partir da participação neste encontro que parte significativa do Episcopado se abriu para os problemas do país entre os quais os problemas da Educação. A Assembléia Episcopal de Medellín endossou como próprio o projeto de uma educação voltada para a “libertação do homem”, que já estava sendo gestada em alguns países como o Brasil, por meio das propostas educacionais de Paulo Freire. A proposta de “Educação Libertadora” acabou atingindo de forma mais ou menos intensa, parte expressiva dos principais Institutos Religiosos que procuram na medida do possível ajustar suas atividades dentro dos parâmetros de Educação mais democrática. Em meio a toda situação de repressão, tortura, pobreza, ausência de manutenção aos direitos de cidadania, vivenciada pela população carente no período militar necessitava-se de uma modificação que pudesse abranger toda a classe necessitada de conhecimento. Essa ajuda, segundo alguns religiosos e educadores tais como: Paulo Freire, Padre Vaz, só poderia acontecer através da conscientização da população através da educação.

Toda essas práticas fundamentadas nesses ideais de libertação estão pautadas na conscientização do indivíduo e são práticas educativas apesar de serem realizadas fora do âmbito escolar tradicional até então.

Segundo Jefferson Ildefonso da Silva, autor do livro *Cidade Educativa*, onde o mesmo trabalha as questões extra escolar, a instituição escolar do período 64-85 aponta varias falhas no que diz respeito à formação intelectual do indivíduo, pois, a educação pautada na ciência e na tecnologia como constituindo único caminho na formação educacional é algo inacabado, necessitando de maiores informações. Na verdade a educação deveria ser a tomada de consciência dos povos, por isto para o mesmo, a educação vai além dos sistemas e estruturas escolares. Nesta visão a Igreja desempenha uma educação não-institucionalizada; porém, engajada à luta dos Direitos Humanos.

“A comunidade Humana é o instrumento da educação, portanto, não pode ser confinada a um sistema.”¹¹

A educação não pode se definir por um único e determinado conteúdo, que deve ser assimilado de acordo com os anseios da classe dominante; mas sim deve desempenhar a função de conscientizar o povo. Desta maneira a igreja se caracteriza com a realidade comunitária respondendo as necessidades básicas e sociais.

A Educação é, por si, transmissora de valores e gestora da e para a sociedade na medida em que ajuda o cidadão a ter conhecimentos de seus problemas, desempenhando

¹¹ SILVA, J. I. da; *Cidade Educativa – Um Modelo de Renovação da Educação*, Coleção Educação Universitária; Editora Cortez & Moraes; São Paulo; 1979; pág. 73

assim uma função socializadora e formadora de opinião, levando o homem a construir sua liberdade como também condicionando o mesmo a ser submisso de determinados valores como por exemplo o sistema político dominador a qual período mencionado vivencia.

Sendo assim, o Estado da Paraíba, como de um modo geral toda a região nordeste e brasileira vai ter a participação da igreja nas questões sociais. E é dentro deste contexto, onde cada Paróquia preocupada com as questões locais que vai ser formar a comissão de justiça e paz, cujo objetivo era defender a justiça para todos, rejeitando formas de poder arbitrária que desrespeitassem os direitos humanos. Na Paraíba a comissão era formada por padres e advogados que, detentores do conhecimento legal da Lei, faziam uso da mesma para melhor auxiliar a população necessitada.

No período mencionado em algumas cidades no Estado da Paraíba estavam ocorrendo sérios conflitos sociais, no final da década de 70. No Sítio Geraldo localizado na região de Alagoa Nova estava vivenciando uma luta pela questão agrária daí, surgiu a necessidade da organização da comissão para ajudar os agricultores que lutavam para evitar que aquela fazenda responsável pela sobrevivência da população local se se torna uma fazenda destinada a exportação.

Em meio a essa “desordem” social que envolvia políticos, proprietário de terra, policia e agricultores, a comissão desempenhou uma função importante no auxílio informativo aquela população, este papel de conscientizar de esclarecer a população a respeito de seus direitos e de como os mesmos deveriam se organizar para que juntos (os agricultores) pudessem lutar pelos seus direitos, é um ensino que não vai se fazer presente nas instituições escolares, esta transmissão do conhecimento vai ser possível graças a esse grupo que forma a comissão de justiça e paz, até mesmo porque a educação institucionalizada não se preocupava com as questões sociais, pois, estava sob domínio de um governo autoritário que só se preocupava em gerar mecanismo educacional voltado para o mercado de trabalho, sem permitir aos mesmos a oportunidade de questionamento a respeito da situação que o cerca. E daí por diante, a comissão que era algo existente a nível nacional foi se envolvendo em acontecimentos ocorrido ao longo dos anos. O nosso recorte espacial em estudo se limita ao estado da Paraíba e como tal podemos citar a atuação desta comissão caso do grupo de extermínio “Mão Branca” ocorrido em (1978-1982) que teve repercussão local e nacional.

As novas exigências metodológicas e teóricas quanto ao ensino da história nos indica que todo conteúdo historiográfico deve apresentar sua contribuição para melhor compreendermos a(s) realidades(s) que nos cerca para melhor interagirmos nas mesmas. Especialmente quanto ao tema aqui trabalhado, sua contribuição no sentido acima citado é

inquestionável; quanto mais estudamos esse período tão macabro da história brasileira, mais devemos desvendá-lo para nossos alunos (adultos e adolescentes) no objetivo fundaste de instrumentaliza-lo na compreensão do que significa uma ditadura milita. E é por isso que vislumbro esse período histórico a partir da organização da comissão de Justiça e Paz na cidade de Campina Grande - Estado da Paraíba, visando demonstrar o cotidiano de um povo que vive sobre o controle de uma ditadura ao nível local e nacional.

A realização das entrevistas, foi de fundamental importância pois, a partir delas podemos perceber um pouco da realidade vivenciada no período mencionado até porque o contato com os entrevistados nos dá uma breve idéia de como essas pessoas se inseriam em uma sociedade baseada na organização ditatorial, onde o cidadão era privado dos seus direitos. A grande contribuição dada pelos entrevistados vai se dá justamente pelo fato de nos proporcionar um entendimento a respeito do período de uma forma mais ampla, englobando diversas opiniões onde as mesmas pode ser confrontadas; como a do senhor José Barros que defendia a ditadura militar e ignorava o trabalho de divulgação da comissão de justiça e paz pelos direitos humanos, e a do padre Cristiano que nos deu um arcabouço com grande riqueza de detalhe de como funcionava a organização política, social e econômica do período em estudo.

Assim, a fala das pessoas vai contribuir substancialmente para uma melhor e maior compreensão sobre o que é uma ditadura militar e quais efeitos acarreta à população uma vez, que nos governos ditatoriais há uma repressão com violência –perseguido, prendendo, matando ou expulsando do país – todos aqueles que ousaram contrapor-se ao regime. Outra característica marcante do militarismo é a censura à imprensa e à produção cultural facilitando a dominação do sistema sobre as pessoas, pessoas estas que muitas vezes não tinham o conhecimento das atrocidades, citadas a cima, cometidas nos porões do governo, até porque a imprensa, e o próprio ensino escolar era vigiado e controlado constantemente pelos órgãos desse governo impedindo que a maioria da população viesse a ter informações que pudessem conscientiza-los do que realmente acontecia em um regime ditatorial.

Nas entrevistas fica clara a influência, do governo, exercida sobre as pessoas que viveram nesta forma de regime político: quando da fala do padre Cristiano, podemos perceber sua postura contraria não só a ditadura militar brasileira mas a qualquer forma de regime totalitário, porque ele vê esse regime político como sendo algo negativo para a população. Ao focar as questões econômicas, enfatizou que a economia nacional esta sob a égide da dominação do mercado financeiro internacional; tendo em vista a ocorrência neste período da existência da bipolarização mundial, sendo necessário os investimentos financeiros

dos Estados Unidos nos países que adotaram o sistema capitalista como forma de manter o seu mercado. E esse, regime ditatorial assegurava os investimentos Norte Americanos, na perspectiva de que o governo tendo maior poder e controle coercitivo sobre o país facilitava a expansão do sistema capitalista devolvendo sua política de controle e dominação como credor em detrimento dos países devedores, esta perspectiva econômica tanto pode ser observada nos livros didáticos como a partir da abordagem do seguinte tema a Comissão de Justiça e Paz, a qual nos proporciona uma leitura de todos os setores que compõem a sociedade brasileira.

Quanto a organização social podemos começar abordando as mudanças das medidas que foram tomadas por este governo para melhor manipular a população, como: medidas ditatoriais, censura a imprensa e a cultura, o aumento de torturas prisões e assassinatos, a expulsão e/ ou exílio de pessoas contrárias ao regime, a formação de grupo de extermínio a favor ou a serviço da classe dominante, a procura de pessoas tidas como subversivas e toada criação de um imaginário voltado para relacionar os classificados como subversivo ao comunismo. Esta sociedade era baseada tendo por base o medo, a insegurança e a injustiça.

No setor político constata-se que a instalação desta forma de governo ocorrida em 1964, foi o resultado de um acordo entre a burguesia e os militares que eram contrários a política do governo Goulart, que estava facilitando ou dando espaço para que o povo pensasse em reforma agrária e organizasse a formação de alguns sindicatos para melhor lutar pelos seus direitos. Essa classe dominante não queria que a camada popular adquirisse conhecimento pois o povo sendo conhecedor de seus direitos poderia reivindicar, e isto poderia representar uma ameaça ao poder dos burgueses capitalistas quer desejavam a todo custo manter o controle de seus empregados e o aumento de seus grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo assim, todo e qualquer professor do ensino fundamental, médio e superior pode se utilizar o tema *A Comissão de Justiça e Paz de Campina Grande –PB*, para explicar aos alunos como funciona uma ditadura mostrando os aspectos social, político, econômico e o cotidiano das pessoas diante deste regime repressor. Podendo também fazer uma contraposição entre o autoritarismo e a democracia na sociedade brasileira ou em qualquer sociedade, já que esta forma de governo se faz presente em muitos países e aí lançar aos alunos um discernimento crítico analisador de ambas as formas de governo: autoritarismo e democracia, até porque nesse período ditatorial alguns intelectuais almejavam a destruição desse sistema e a implantação da democracia, tendo em vista, que os mesmos viam o sistema democrático como a melhor forma de organização política e social, onde todos pudessem compartilhar de uma sociedade democrática respaldado no respeito e obediência aos direitos humanos. Essas comissões eram algo presente em quase todos os estados brasileiro, e cada uma delas se encerrem nos acontecimentos de acordo com a realidade local.

Esse grupo desempenhava uma função política pois, estava o tempo todo almejando solucionar problemas visando o bem comum; como a luta pela obtenção dos direitos humanos. Desempenhava também uma atividade educadora; conscientizando a população carente e desprovida de informações. São vários os acontecimentos que tem a participação desta comissão tentando auxiliar os menos favorecidos; a questão agrária, onde o mesmo atuou dando orientação sobre as leis, para que de forma melhor pudesse lutar e organizar seus sindicatos. Um dos trabalhos fundamental desta comissão foi a divulgação através do rádio da situação a qual era submetida a população, onde o tempo todo tentava esclarecer a população sobre; os direitos universais do homem e do cidadão, algo que foi duramente combatido pelo governo militar. A comissão de justiça e paz, foi uma organização, que esteve cotidianamente presente na vida da população brasileira, contribuindo para gerar opiniões a respeito dos acontecimentos locais e nacionais.

O professor comprometido com uma pedagogia de engajamento e, portanto, cidadão, (e deve) utilizar conteúdos que proporcionem ao alunado (educandos) subsídios que o façam compreender, questionar e se pronunciar sobre seu povo, sua região, sobre si mesmo.

Trabalhar com conteúdos sobre qualquer tipo de violência e violação dos direitos humanos constitui, por tanto, uma maneira impar, de denunciar as atrocidades que a violência pode causar a qualquer pessoa. O professor deve, enfim, explorar ao máximo conteúdos como o que busquei apresentar nessa monografia.

BIBLIOGRAFIA

HUGO, Assmann. A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial; tradução de Hugo Pedro Boff. Petrópolis : Vozes , 1982.

LOUREIRO, Paulo Cezar Botas. A Benção de Abril “Brasil, Urgente”: Memória e engajamento católico no Brasil 1963-64; Editora Vozes Ltda. Petrópolis-RJ, 1983.

SILVA, Jefferson Ildfonso da, 1930 – Cidade educativa : um modelo de renovação na educação. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

PAIVA, Vanilda Pereira. Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista. Editora Civilização Brasileira S.A. – Rio de Janeiro – RJ, 1980.

CARNOY, Martin. Educação, economia e Estado: base e superestrutura - relações e mediações/ Martin Carnoy: (tradução Dagmar M. L. Zibas). – São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1984.

MARQUES, João Benedito de Azevedo, 1939- Democracia, violência e direitos humanos/. – São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1984.

DALLARI, Dalmo de Abreu; *O que é participação política* – São Paulo; Abril Cultura; Editora Brasiliense, 1984.

NA INTERNET:

Tese de Mestrado de Leila Maria Lúcio da Universidade Federal da Paraíba do Curso de Sociologia

Site: <http://paperpublisher.hypermat.net/papers/maobranca.pdf>.